

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL Sessão virtual do dia 06 a 13 de setembro de 2022
PROCESSO CRIMINAL | MEDIDAS GARANTIDORAS | HABEAS CORPUS PROCESSO Nº.:
0810183-75.2022.8.10.0000 – SÃO LUIS Pacientes: Ernando Sérgio Carvalho
Filho, Gabriel Patrick da Silva Ferreira, Jackmilson Francis Vieira de
Abreu, Guilherme Mateus Marques Pereira, Bruno Márcio Luiz da Silva
Franca, Edson Danilo Sousa Reis, Francisco Simplicio da Silva Neto, James
Dean da Silva, Jarbas Lima da Silva e João Micael Silva Freitas Defensor
Público: Marcus Patrício Soares Monteiro Impetrado: Juízo de Direito da
Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados da Comarca da Ilha de São
Luís/MA Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos Procuradora: Dr^a.
Domingas de Jesus Froz Gomes ACÓRDÃO Nº. _____ EMENTA: PENAL.
PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. REQUISITOS DE
FUNDAMENTOS DA PREVENTIVA. PRESENTES. PROTEÇÃO À ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE
PRAZO. NÃO VERIFICADO. FEITO COM 21 (VINTE E UM) ACRIMINADOS. NECESSIDADE
DE VÁRIAS DILIGÊNCIAS E INÚMEROS PEDIDOS DE LIBERDADE. 1. No caso, a
prisão preventiva está justificada, pois aponta a gravidade concreta das
condutas sindicadas, na medida em que se trata de conhecida organização
criminosa (Bonde dos 40) com expressiva penetração no Estado, inclusive,
com envolvimento no tráfico de entorpecentes. O Superior Tribunal de
Justiça tem denegado a ordem nesses casos, mormente quando, com base em
jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, já fixou que a necessidade de
interromper a atuação de facção criminosa se encaixa no conceito de
proteção à ordem pública. Precedentes. 2. Excesso de Prazo. Na linha de
entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o constrangimento ilegal por
excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma
aferição realizada pelo juízo, à luz dos princípios da razoabilidade e
proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto. No
caso dos autos, o juízo de origem destaca não haver excessiva demora tendo
em vista a complexidade da causa, que conta com 21 (vinte e um) réus,
várias testemunhas, grande número de diligências a serem realizadas e
vários pedidos de liberdade, inclusive, utilizando os mesmos argumentos já
indeferidos, fatores que efetivamente dilatam mais tempo no processamento.
3. HABEAS CORPUS conhecido e denegado. ACÓRDÃO DECISÃO: ACORDAM OS
Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do
Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e de acordo com o parecer da
douta Procuradoria Geral de Justiça, conhecer do presente HABEAS CORPUS e,
no mérito, denegar a Ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador
Relator. Votaram neste julgamento os Senhores Desembargadores José Joaquim
Figueiredo dos Anjos, Antônio Fernando Bayma Araújo, Samuel Batista de
Souza. Presidência do Excelentíssimo Desembargador José Joaquim Figueiredo
dos Anjos. Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Dr^a. Maria de
Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro. São Luis, 06 de setembro de 2022 Des.
José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos Relator (HCCrim
0810183-75.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) JOSE JOAQUIM FIGUEIREDO
DOS ANJOS, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 16/09/2022)